



**PARECER PRÉVIO Nº 16/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11230/2014.**

**Apensos:** Processos nº 10556/2013, 11399/2014 e 11637/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Amintas Junior Lopes Pinheiro (Prefeito Municipal).

**6- Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1300/2018-DMP, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2013.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do **Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro**, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88, art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/1991, art. 1º, I e 29, da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 3º da Resolução TCE nº 09/1997.

**11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Abril de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 16/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**EVELYN FREIRE DE CARVALHO**  
Procuradora-Geral, em substituição



**ACÓRDÃO Nº 16/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11230/2014.**

**Apensos:** Processos nº 10556/2013, 11399/2014 e 11637/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Amintas Junior Lopes Pinheiro (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1300/2018-DMP, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2013.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do **Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" e art. 188, §1º, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 1º, XXVI, 52 e 54, II e III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, V e VI, do Regimento Interno do TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018, por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário e atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o



**ACÓRDÃO Nº 16/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro** no valor de **R\$ 827.015,55** (oitocentos e vinte e sete mil, quinze reais e cinquenta e cinco centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, nos termos do art. 304, I, II e III e parágrafo único do Regimento Interno do TCE/AM, por irregularidades apontadas neste relatório e no Relatório da DICOP nº 176/2014. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor da pena pecuniária impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.5. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, em especial à Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de evitar a reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM, além das recomendações constantes nos Laudos Técnicos da DICAMI, DICOP, além do Parecer Ministerial.
- 11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 30 de Abril de 2019.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro Relator

**EVELYN FREIRE DE CARVALHO**

Procuradora-Geral, em substituição

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº 16/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**